



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2025 (DO SR. DAGOBERTO NOGUEIRA)

Apresentação: 19/08/2025 16:10:55.513 - Mesa

INC n.2109/2025

Requer o envio de Indicação a Ministra de Estado da Gestão e Inovação contendo sugestões de providências para o reforço no quadro da carreira de Auditor Fiscal do Trabalho.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª seja encaminhada a Ministra de Estado da Gestão e Inovação a Indicação anexa, sugerindo a adoção de providências voltadas ao reforço dos quadros da carreira de Auditor Fiscal do Trabalho, de modo a adequar a quantidade de tais profissionais em exercício no Brasil ao patamar recomendado pela Organização Internacional do Trabalho.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2025.

DEPUTADO **DAGOBERTO NOGUEIRA**
PSDB/MS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO DE Nº , DE 2025 (DO SR. DAGOBERTO NOGUEIRA)

Apresentação: 19/08/2025 16:10:55.513 - Mesa

INC n.2109/2025

Sugere o envio de Indicação a Ministra de Estado da Gestão e Inovação contendo sugestões de providências para o reforço no quadro da carreira de Auditor Fiscal do Trabalho.

Dirigimo-nos a Vossas Excelências para solicitar a adoção de providências quanto à recomposição urgente da carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho (AFT), à luz do **Ofício SEI nº 56128/2025/MTE**, que reconhece a necessidade de fortalecer a capacidade institucional do Estado brasileiro no âmbito da fiscalização trabalhista.

O número de cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho permanece inalterado desde a década de 1990, totalizando 3.644 cargos totais, enquanto a população economicamente ativa (PEA) mais do que dobrou desde a década de 1990, passando de 55 milhões para cerca de 108 milhões, conforme dados da PNAD de 2023.

Diante do curto prazo de validade do CPNU 1 e da gravíssima defasagem de servidores na carreira, que hoje conta com menos da metade dos cargos providos, tem o menor efetivo dos últimos 35 anos e cuja arrecadação futura promovida ao erário público supera os custos da contratação dos servidores, vimos solicitar:

I – Previsão de provimento adicional integral do cadastro reserva do concurso CPNU/AFT no anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026;

II – Inclusão de proposta de transformação, remanejamento ou criação de 2.000 cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho, vinculados ao MTE, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Atualmente, o Brasil enfrenta um cenário crítico na fiscalização do trabalho, uma vez que **menos de 3% dos estabelecimentos passíveis de fiscalização são inspecionados por falta de Auditores-Fiscais do Trabalho**. Em 2023, havia 5.923.238 estabelecimentos sujeitos à fiscalização, mas apenas 169.372 foram inspecionados, conforme o Relatório anual sobre os trabalhos da Secretaria de Inspeção do Trabalho - 2023. A convocação das vagas imediatas do concurso, sem a convocação do cadastro reserva, não supre o déficit da carreira.

A manutenção desse efetivo insuficiente de AFTs permite que mais de **1,6 milhão de crianças e adolescentes estejam submetidos ao trabalho infantil**, conforme dados da PNAD Contínua 2023, e também que os números alarmantes de mortes por acidentes de trabalho, casos de pessoas submetidas ao trabalho análogo à escravidão e a informalidade sigam em crescimento, já que a fiscalização não alcança a maioria dos estabelecimentos do país.

A urgência da medida é corroborada tendo em vista que a atual proporção de AFTs (1 AFT para cada 33 mil assalariados) compromete a proteção ao trabalhador e a eficiência estatal. Se considerarmos a Convenção nº 81 da OIT, há recomendação que o Brasil mantenha um quantitativo de 5441 AFTs. Ademais, o cenário se agrava se considerarmos a recomendação do IPEA, que institui a necessidade de pelo menos 8000 AFTs.

Cabe ressaltar que a Auditoria-Fiscal do Trabalho se trata de uma **carreira estratégica para o equilíbrio fiscal**, pois além de proteger vidas e garantir dignidade no mundo do trabalho, **gera retorno financeiro expressivo à União**. Como demonstrado no documento anexo, a convocação do cadastro reserva pode representar um impacto positivo de até **R\$ 1,16 bilhão** ao ano em arrecadações e economia com auxílios acidentários, superando em muito os custos da contratação de tais servidores.

Além das atribuições mencionadas, a carreira é protagonista no cumprimento da Lei da Igualdade Salarial entre homens e mulheres (Lei nº 14.611/2023), na Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91), que busca oferecer oportunidades de trabalho para PCDs, na fiscalização do FGTS e na formalização do emprego, com impacto direto sobre receitas previdenciárias e redução de passivos judiciais, entre outras funções essenciais ao Estado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A convocação integral do cadastro reserva e a ampliação dos cargos da carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho não representam despesa, mas um investimento na recuperação de capacidade estatal, com retorno financeiro e institucional imediato. Trata-se de uma demanda convergente com os esforços do Governo Federal, uma vez que a fiscalização trabalhista não simboliza um custo, tanto por promover a efetivação da justiça social e valorização do trabalho decente, quanto por incrementar a **arrecadação, eficiência administrativa e efetividade das políticas públicas**.

O salário inicial da carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho é de R\$ 22.921,71, o que somado aos R\$ 1.000,00 do auxílio alimentação do Governo Federal, resulta num custo unitário de R\$ 23.921,71. Esse valor resulta num custo anual unitário de R\$ 310.982,23.

A tabela 01, abaixo, retirada da Nota Técnica 117 do IPEA, publicada no último mês de maio e anexa a este Ofício, compara os custos e as receitas potencialmente arrecadadas num período de 12 meses com a contratação de novos auditores. Na tabela abaixo, foi considerado no cálculo do impacto arrecadatário apenas os valores estimados na referida Nota com o acréscimo na arrecadação previdenciária e na arrecadação com multas administrativas. Por ser uma receita parafiscal, o FGTS não foi considerado aqui.

Tabela 01: Relação Impacto Arrecadatário Estimado com Receitas Correntes x Custo anual com Provimento - 12 meses - em milhões de R\$.

| Total de novos convocados | Impacto Receitas Correntes - anual - (R\$) | Custo - anual - (R\$) |
|---------------------------|--|-----------------------|
| 900 | 431.223.598,21 | 279.884.007,00 |
| 1350 | 672.430.396,31 | 419.826.010,50 |
| 1800 | 879.058.370,45 | 559.768.014,00 |

Fonte: PNAD Contínua, RAIS, Anuário da Previdência, Radar SIT e Portal da Transparência.
Elaboração: IPEA.

A referida Nota do IPEA demonstra, assim, que potenciais restrições fiscais não deveriam ser argumentos dominantes quando se considera a necessidade de recomposição da capacidade do estado brasileiro de garantir a correta regulação





CÂMARA DOS DEPUTADOS

do mercado de trabalho e a proteção do trabalhador em sintonia com a legislação trabalhista vigente no país e os critérios técnicos internacionais (OIT).

Ressaltamos que o presente pleito encontra respaldo no **Ofício SEI nº 61962/2025/MTE**, encaminhado pelo Ministério do Trabalho e Emprego à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, no qual se solicita, como prioridade estratégica para o exercício de 2026, a **transformação, remanejamento ou criação de 2.000 cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho** e o **provimento adicional integral de todos os aprovados no cadastro reserva do I CPNU/AFT**.

O documento, encaminhado pelo Secretário-Executivo do MTE, indica que o não atendimento dessa demanda poderá ocasionar grande impacto nas ações governamentais, reforçando a pertinência e urgência das providências ora requeridas.

Diante desse contexto e considerando que o I Concurso Público Nacional Unificado aprovou 2.700 candidatos altamente qualificados para o cargo de AFT – sendo 900 para vagas imediatas e 1.800 para cadastro reserva –, apresento respeitosamente os seguintes questionamentos, a fim de poder prestar esclarecimentos à Comissão de Aprovados:

1. **Há intenção, por parte desse Ministério, de acatar a solicitação formalizada no Ofício SEI nº 61962/2025/MTE para inclusão, no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, de dotação orçamentária específica que viabilize o provimento integral dos 1.800 candidatos aprovados no cadastro reserva do concurso CPNU/AFT, considerando o caráter autofinanciável dessa contratação?**
2. **Existe perspectiva de elaboração, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, de cronograma estruturado para o aproveitamento integral dos 1.800 candidatos do cadastro reserva, de forma a garantir a recomposição gradual e sustentável do quadro de auditores?**
3. **Quais estudos e iniciativas legislativas estão em curso para viabilizar a transformação, remanejamento ou criação de 2.000**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

cargos adicionais de Auditor-Fiscal do Trabalho, conforme previsto no mesmo Ofício SEI nº 61962/2025/MTE, com o objetivo de aproximar o Brasil dos parâmetros mínimos estabelecidos pela OIT e das recomendações do IPEA?

Como exemplificado nas tabelas abaixo, a restrição orçamentária não deve ser um entrave à nomeação adicional de Auditores-Fiscais do Trabalho, pois os benefícios financeiros decorrentes de seu trabalho superam amplamente os custos de sua contratação. O detalhamento dos dados utilizados estão dispostos na Nota Técnica nº 117/2025 publicada pelo IPEA e no Relatório do FGTS 2023, encaminhados junto ao presente documento.

Tabela 1

| Impacto na arrecadação | |
|--|------------------------|
| Estimativa de arrecadação com Previdência, recolhimento de FGTS e outras receitas, além de impacto nos gastos com Saúde e Segurança, conforme o número de convocados | |
| Nº de novas convocações | Arrecadação |
| 900 | + R\$ 570.500.623,99 |
| 1800 | + R\$ 1.157.612.422,02 |

Fonte: Portal da Transparência, Relatório de Gestão SIT/MTE 2023, Radar SIT, PNAD Contínua e RAIS 2023.

Tabela 2

| Estimativa de Acréscimo só com FGTS recolhido diretamente em ação fiscal | |
|--|---------------------------------------|
| Nº de novas convocações | Impacto fiscalização FGTS - base 2023 |
| 900 | + R\$ 119.797.525,80 |
| 1800 | + R\$ 239.595.501,62 |

Fonte: Radar SIT. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>.

Tabela 3 - Compilação das tabelas 1 e 2

| Comparação do impacto arrecadatário estimado com receitas correntes (sem FGTS) versus o custo da contratação | | | |
|--|----------------------------|--------------------------|----------------|
| Nº de novas convocações | Receita Estimada (Milhões) | Custo estimado (Milhões) | Saldo Positivo |
| 900 | R\$ 431 milhões | R\$ 278 | R\$ 153 |





CÂMARA DOS DEPUTADOS

| | | | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | milhões | milhões |
| 1800 | R\$ 879 milhões | R\$ 549 milhões | R\$ 330 milhões |

Tabela 4

| Impacto com a diminuição de concessão de auxílio-acidente | |
|--|------------------------|
| - Estimativa a partir do total de auxílio-acidentes concedidos em 2023 - | |
| Diminuição no nº de acidentes | Valor economizado |
| 3% | + R\$ 600.687.700,00 |
| 5% | + R\$ 1.000.479.500,00 |
| 8% | + R\$ 1.600.687.700,00 |

Fonte: Anuário da Previdência Social

Tabela 5

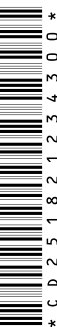
| Impacto na Previdência por ações de Registro em CTPS | |
|--|---|
| - Estimativa a partir dos resultados de 2023 da SIT (51.485 registros) - | |
| Total de novas convocações | Acréscimo na arrecadação previdenciária – base 2023 |
| + 900 | + R\$ 16.277.711,00 |
| + 1800 | + R\$ 31.877.183,00 |

Fonte: Relatório de Gestão SIT 2023 e PNAD contínua

Além disso, o Relatório do FGTS 2023 apresenta os seguintes destaques em relação a inspeção do trabalho:

“Em 2023, as ações da Auditoria-Fiscal do Trabalho resultaram na notificação e recolhimento de R\$ 4,96 bilhões de FGTS e Contribuição Social. Foram realizadas 33.882 ações fiscais relacionadas ao FGTS. Importante destacar que, durante o curso das ações fiscais, foram recolhidos mais de R\$ 249,58 milhões de FGTS, o que demonstra a importância da presença fiscal da Inspeção do Trabalho.”

O relatório também traz o seguinte quadro:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quadro 32 – Valor Total de FGTS/CS Recolhido/Notificado pela Inspeção do Trabalho

| FGTS RECOLHIDO/ NOTIFICADO SOB AÇÃO FISCAL (X R\$ 1000) | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| VALOR DE FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Notificado | 3.515.064 | 6.633.876 | 5.575.133 | 4.707.489 |
| Recolhido (durante a Ação Fiscal) | 230.098 | 247.259 | 206.228 | 249.576 |
| Resultado Total | 3.745.389 | 6.881.135 | 5.781.361 | 4.957.065 |
| Quantidade de Fiscalizações | 27.579 | 41.916 | 36.742 | 33.882 |

Fonte: SFITWEB (Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - WEB)

Por fim, destaca:

*“Os resultados obtidos ao longo dos últimos anos demonstram o sucesso do planejamento e das ações da fiscalização do FGTS. O valor do FGTS recolhido ou notificado sob ação fiscal em 2021 foi o maior da série histórica e chegou a R\$ 6,88 bilhões. De 2020 a 2023, mais de 140 mil ações fiscais específicas de fiscalização do FGTS foram realizadas e resultaram em mais de R\$ 21,36 bilhões notificados/recolhidos (R\$ 21.364.950.236,54) Estes resultados refletem o **empenho da Inspeção do Trabalho** em planejar as ações fiscais de forma a otimizar seus resultados, perseguindo maior eficiência, eficácia e efetividade.”*

Ciente do compromisso do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com o fortalecimento do serviço público federal e com a reconstrução do Estado solicito que as propostas aqui apresentadas sejam contempladas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026.

Atenciosamente,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 19/08/2025 16:10:55.513 - Mesa

INC n.2109/2025

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2025.

DEPUTADO **DAGOBERTO NOGUEIRA**
PSDB/MS



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251821234300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dagoberto Nogueira

